

Porte de arma de fogo por jornalistas gera risco aos profissionais, aponta Abraji

Jornalistas que atuem em cobertura de assuntos policiais poderão portar arma de fogo, segundo o [Decreto 9.785/2019](#), publicado no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (8.mai.2019). Por considerar que a medida gera o risco de transformar repórteres em alvo de violência, a Abraji defende a revogação do trecho do decreto que se refere especificamente a profissionais de imprensa.

[\(Abraji, 08/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nos 16 anos em que a Abraji oferece treinamentos de segurança a jornalistas em parceria com organizações internacionais como o International News Safety Institute (INSI), o porte de armas jamais foi apresentado como forma de proteção.

Há ações mais indicadas para aumentar a segurança de quem se arrisca para informar a população, como a estruturação adequada do [Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Ambientalistas e Comunicadores](#).

Repórteres experientes alertaram para o risco trazido pelo decreto. “Com uma canetada, Bolsonaro transformou repórteres em alvo dos bandidos”, [escreveu](#) Fernando Molica, ex-diretor da Abraji. Para Molica, cria-se a expectativa de que jornalistas podem atirar e, por isso, devem ser alvejados antes.

Carlos Wagner, jornalista com mais de 30 anos de carreira homenageado pela Abraji em 2017, considera que armar um jornalista não o deixa mais seguro. “Já viajei por todo o país e sei que há regiões onde trabalhar como repórter é uma sentença de morte, mas não é uma arma na mão que irá resolver a situação”, disse. “A única arma que um jornalista deve carregar é a caneta.”

Ameaças e assassinatos de jornalistas, radialistas e blogueiros aumentam 30% no Brasil em 2018, diz organização

Segundo o estudo “violações à liberdade de expressão” da Artigo 19, foram registrados 35 graves violações, sendo 26 ameaças de morte, quatro homicídios, quatro tentativas de homicídio e um sequestro no ano passado

[\(G1, 07/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Graves violações contra comunicadores, como jornalistas, radialistas e blogueiros, aumentaram cerca de 30% em 2018 se comparado com o ano anterior no Brasil, de acordo com relatório divulgado pela organização internacional Artigo 19.

Segundo o estudo “violações à liberdade de expressão”, foram registrados 35 graves violações, sendo 26 ameaças de morte, quatro homicídios, quatro tentativas de homicídio e um sequestro no ano passado. Em 2017, a Artigo 19 registrou 27 casos.

O ano de 2018 repetiu o número registrado em 2012 e 2015, anos com os maiores números de casos. É a sétima vez que a organização publica esse relatório. A Artigo 19 é uma organização internacional de direitos humanos que atua na defesa e promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação pública.

As informações apuradas no relatório dizem respeito somente às graves

ocorrências. No entanto, também são monitoradas outras formas menos graves de violações, que servem de subsídio para o levantamento.

Segundo o estudo, o ano de 2018 foi internacionalmente reconhecido como violento para jornalistas. No Brasil, o perfil mais vulnerável é o do comunicador que atua em cidades pequenas, 19 casos (54%).

Os jornalistas foram os mais atingidos por graves violações em 2018, correspondendo a 17 casos (49%), sendo a maioria dos casos de ameaças de morte, 14 ocorrências. Em segundo lugar, aparecem os radialistas, com 12 casos (34%), o maior número já registrado pela Artigo 19 de violações contra essa categoria.

Dos quatro assassinatos, dois casos foram de radialistas, um em Goiás, outro do Pará. [Relatório do Ministério Público mostrou que, entre 1995 e 2018](#), 64 jornalistas, profissionais de imprensa e comunicadores foram mortos no exercício da profissão no Brasil.

Dos 35 comunicadores, 27 relataram ter sofrido algum tipo de violação anterior, como agressões verbais, intimidação, processos judiciais dentre outras. Dez contaram já ter recebido ameaças de morte em razão de sua atuação.

O relatório também identificou 5 casos de atentados a redações ou sedes de veículos em 2018. Em alguns casos, blogueiros e outros comunicadores trabalham em suas casas.

Em 2018, houve 11 casos de violações online, quando alguma ferramenta online serviu de meio para a veiculação de ameaça de morte, como aplicativos de mensagens, mídias sociais ou e-mails. Oito jornalistas foram alvos online. O relatório chama atenção para as subnotificações, já que muitos jornalistas não relatam essas ameaças.

Onde ocorrem as violações?

A região Nordeste segue com o maior número de graves violações, com 13 casos, seguida pelo Sudeste, 8 casos, onde está a maior parte dos veículos de comunicação do Brasil, e 7 no Norte, dentre eles dois assassinatos.

São Paulo continua como o estado com mais casos, 5, repetindo o número de 2016 e 2017. Em seguida, aparecem Bahia e Paraíba, com 4 casos cada.

Apesar de as cidades pequenas concentrarem o maior número dos casos, houve crescimento nos registros ocorridos em cidades grandes (com mais de 500 mil habitantes): de 2 para 8 violações.

Quem comete?

Dentre as pessoas que mais cometem as violações estão políticos, policiais e agentes públicos em todos os anos levantados pelo relatório: 18 (51%) foram cometidas por agentes do estado, das quais 15 tiveram políticos por trás.

Os comunicadores são mais perseguidos após fazerem denúncias: 26 dos casos apurados (74%). A organização também chama a atenção para o alto número de casos em que os autores não se encaixam em nenhum perfil específico. “Trata-se do que uma das vítimas apontou com preocupação: a ascensão do cidadão comum como agressor. Alguns desses casos possuem um autor específico responsável pela ameaça, enquanto em outros há uma variedade de agressores”, diz o relatório.

“Outro traço dos ataques online é o ataque à figura pessoal da comunicadora ou comunicador. Dentre todos os tipos de motivação aqui listados, notamos ofensas e ataques direcionados à pessoa, não apenas ao conteúdo de sua produção. Este nível de personalização da agressão é preocupante, em especial quando a fronteira entre perfil pessoal e profissional de comunicadores em redes sociais muitas vezes não existe”, completa.

A principal motivação segue sendo a realização de denúncias, o que se nota em 26 dos casos apurados (74%).

“Os casos de graves violações em 2018 demonstram dois aspectos do cenário de violência. Primeiro, se reforçam as tendências históricas de ataques de pessoas poderosas, especialmente políticos, contra comunicadores em cidades pequenas que realizam denúncias contra ações realizadas por essas pessoas. Em segundo lugar, fica evidente um cenário que já vinha se desenhando nos últimos anos: os ataques online contra comunicadores têm se intensificado e impactado a vida e o trabalho de comunicadores inclusive

fora da esfera virtual, de modo que novos desafios no enfrentamento da violência são colocados”, afirma Thiago Firbida, assessor de Proteção e Segurança da Artigo 19 e responsável pelo relatório.

Cíntia Acayaba

ARTIGO 19 lança relatório que aponta aumento de graves violações contra comunicadores

A publicação, que já está em sua sétima edição, analisou 35 casos de graves violações. Em 2017, haviam sido registrados 27 casos

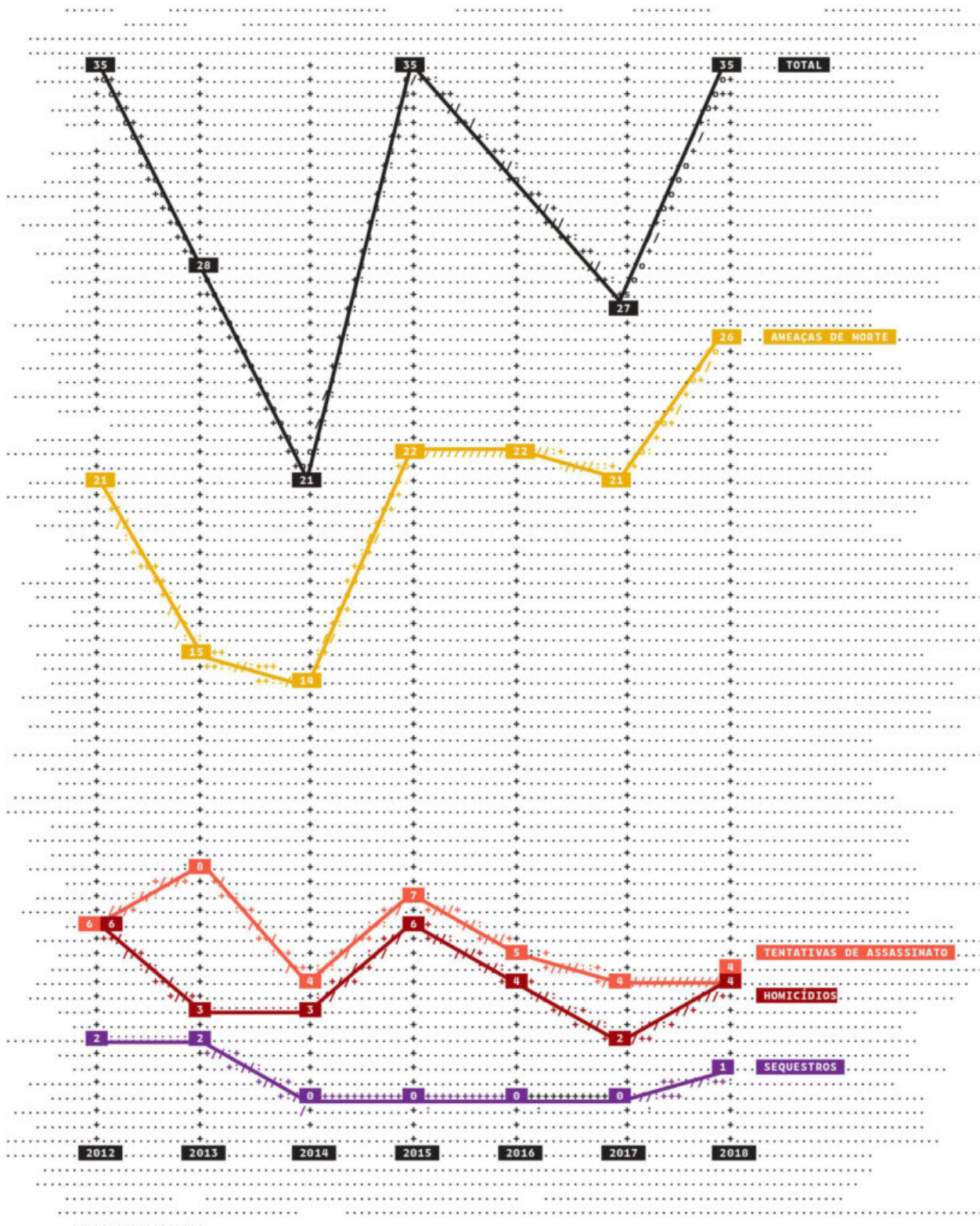
[\(Artigo 19, 06/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A ARTIGO 19 lança hoje, dia 06/05, seu sétimo relatório anual “Violações à liberdade de expressão”, que compila e analisa as graves violações contra comunicadores registradas e apuradas pela organização em 2018 no Brasil. Foram registrados ao todo 35 casos de graves violações, sendo 26 ameaças de morte, quatro homicídios, quatro tentativas de homicídio e um sequestro. Comparados ao ano anterior, em que a organização registrou um total de 27 casos, os números evidenciam um aumento de cerca de 30% nas graves violações.

[Baixe o relatório](#)

De acordo com a publicação, o ano de 2018 retornou aos patamares mais altos de violência, com 35 casos de graves violações, repetindo a cifra de 2012 e 2015, anos com o maior número de casos encontrados. O relatório aponta ainda que os números “devem ser vistos à luz de um contexto social de aumento de ataques a comunicadores e descredibilização da imprensa em

várias partes do mundo, além da consolidação e expansão do ambiente online como espaço de violência, com destaque para as redes sociais”.



Quem cometeu as violações?

No Brasil, agentes do Estado, na figura de políticos, policiais e agentes

públicos, são os principais autores de violações contra comunicadores: responderam por 18 violações (51%) em 2018.

A principal motivação segue sendo a realização de denúncias, o que se nota em 26 dos casos apurados (74%). Em sete casos (20%), os ataques ocorreram a partir de críticas ou opiniões feitas pelo comunicador. Já em outros dois casos (6%) foram processos de investigação que motivaram as violações.

“Os casos de graves violações em 2018 demonstram dois aspectos do cenário de violência. Primeiro, se reforçam as tendências históricas de ataques de pessoas poderosas, especialmente políticos, contra comunicadores em cidades pequenas que realizam denúncias contra ações realizadas por essas pessoas. Em segundo lugar, fica evidente um cenário que já vinha se desenhando nos últimos anos: os ataques online contra comunicadores têm se intensificado e impactado a vida e o trabalho de comunicadores inclusive fora da esfera virtual, de modo que novos desafios no enfrentamento da violência são colocados”, afirma Thiago Firbida, assessor de Proteção e Segurança da ARTIGO 19 e responsável pelo relatório.

A publicação destaca que as violações feitas online tiveram um papel significativo em 2018 e traz pela primeira vez uma análise do papel do ambiente digital no contexto das eleições do ano passado, considerado um marco de um cenário de violações que vem ganhando evidência mais recentemente. Ao todo, foram registrados 11 casos em que alguma ferramenta online serviu de meio para a veiculação de ameaça de morte, como aplicativos de mensagens, mídias sociais ou e-mails.

O relatório inclui ainda uma entrevista inédita com o escritor Anderson França que relata a história de um comunicador sob ameaça e discute a condição de comunicadores nas periferias.

‘O segundo sexo’ chega aos 70 anos. Mas será que a obra de Simone de Beauvoir continua relevante?

Cinco mulheres que estudam a condição feminina debatem a atualidade do livro, considerado um clássico do pensamento feminista

[\(O Globo, 05/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.”

É assim que Simone de Beauvoir inicia o volume dois de “O segundo sexo”, sua obra monumental sobre a condição feminina, que chega aos 70 anos, com nova edição brasileira (Nova Fronteira).

Monumental em seu tamanho porque os dois volumes somam mais de 800 páginas. Mas, fundamentalmente, “O segundo sexo” é monumental pelo ineditismo das ideias de Simone, que apresentou novas possibilidades tanto para o conhecimento acadêmico quanto para o comportamento das mulheres.

Foi a francesa quem primeiro formulou o conceito da mulher como um outro do homem. Baseada na dialética de Hegel, ela afirmou que a mulher é definida pelo olhar masculino, não em si mesma — uma ideia que, em 1949, foi revolucionária ao tornar possível entender que a desigualdade de gênero foi historicamente e ideologicamente construída. Um pensamento fundamental para a construção de um novo campo de investigação, hoje tão em voga: os Estudos de Gênero.

Com rigor acadêmico, Simone desmontou o determinismo biológico e os

ideais de maternidade e de feminilidade, ao mesmo tempo em que colocou em discussão a [sexualidade feminina](#) , a [contracepção](#) e o aborto, e o papel do trabalho e da independência econômica na construção da liberdade da mulher. Ela escreveu: “Em seus projetos, a mulher afirma-se concretamente como sujeito”.

Os primeiros capítulos de “O segundo sexo” foram inicialmente publicados na revista “Les temps modernes”, criada por Sartre, Simone e Merleau-Ponty, entre outros intelectuais. Quando por fim foi publicado, o livro vendeu 22 mil exemplares em uma semana. Um sucesso atacado por diversos segmentos da sociedade francesa, que não pouparam sequer a intimidade de Simone — sua vagina chegou a ser citada em artigo de jornal. “O segundo sexo” ainda entrou para a lista de publicações proibidas pelo Vaticano, o *Index Librorum Prohibitorum* , extinto pelo Papa Paulo VI, em 1966. Apesar das represálias, a tese de Simone foi definitiva para o [feminismo nos anos 1960](#).

No Brasil, o livro não causou o mesmo estardalhaço, como lembra a cineasta Helena Solberg, que entrevistou Simone de Beauvoir, em 1960, quando a francesa e Sartre passaram dois meses viajando o país, ciceroneados por Jorge Amado e Zélia Gattai.

— Só fui ler “O segundo sexo” em 1957. Achei que tivesse entendido tudo, mas a verdade é que era cedo. Dez anos mais tarde, quando reli o livro, entendi que havia muito mais nele — conta Helena. — Não tinha muitas mulheres o lendo aqui. Era meio inacessível e, a partir de 1964, com o golpe militar, tínhamos questões mais urgentes para tratar.

Helena conta que chegou a conversar com Simone sobre “O segundo sexo”:

— Falamos sobre algumas questões do livro, mas ela era curiosa, acabou me entrevistando também; queria saber sobre as brasileiras e sobre o movimento estudantil. No fim, o Sartre chegou e foi curioso vê-los juntos. Simone perguntou se ele tinha tomado os remédios. Estava ali, aquela grande intelectual, numa cena absolutamente prosaica.

Cartas para Simone

Quando, em fevereiro, o ministro Celso de Mello, relator de uma das ações

que pedem a criminalização da homofobia e da transfobia no Supremo Tribunal Federal, citou a famosa frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Simone de Beauvoir virou trending topic no Twitter.

A francesa pode parecer pop, mas, com a quarta onda feminista em plena caminhada, não custa perguntar: qual o lugar de “O Segundo Sexo” no mundo atual?

E mais: de que maneira a obra de Simone de Beauvoir dialoga com a interseccionalidade tão cara aos movimentos identitários? Qual análise fazem do livro feministas negras, transfeministas e jovens ativistas? Será que “O segundo sexo” ainda possui relevância acadêmica? De que maneira ele pauta questionamentos sobre a sexualidade feminina?

Para entender a atualidade de “O segundo sexo”, convidamos cinco mulheres que pensam a condição feminina para escrever cartas a Simone de Beauvoir: Carol Teixeira (filósofa e terapeuta tântrica); Fran Demétrio (transfeminista e professora adjunta da UFRB); Giovana Xavier (historiadora e professora da Faculdade de Educação da UFRJ); Isabela Reis (jornalista) e Mirian Goldenberg (antropóloga e professora titular da UFRJ).

Clique nos links abaixo para ler as cartas:

Carol Teixeira: [A descoberta de que o corpo era para mim e não para o outro foi talvez a mais intensa revelação da minha vida adulta](#)

Fran Demétrio: [“O segundo sexo” contribuiu para a superação social e política da ideia essencialista sobre o que é ser mulher](#)

Giovana Xavier: [Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: Sou uma mulher NEGRA](#)

Isabela Reis: [É impossível construir um futuro sem conhecer o passado, sem reverenciar a ancestralidade](#)

Mirian Goldenberg: [A maior lição de Simone de Beauvoir para as novas gerações é a de que querer ser livre é querer que os outros sejam livres](#)

‘O Segundo Sexo’: as dúvidas e os porquês sobre ser mulher

Obra mais conhecida de Simone de Beauvoir completa 70 anos em 2019. Entenda o que há nos dois volumes do livro e ouça 4 especialistas sobre a atualidade de seu conteúdo

[\(Nexo, 03/05/2019 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Entre maio e outubro de 1949, Simone de Beauvoir (1908-1986) publicou, em dois volumes, a primeira edição de “O Segundo Sexo” - obra que estabeleceu uma importante base teórica para os debates e as ações políticas feministas das décadas seguintes.

(Todos os direitos deste material são reservados ao NEXO JORNAL LTDA.)

Modelo é atacada por internautas depois de aparecer com pelos nas axilas

A modelo Annahstasia foi vítima de ataques depois que uma foto sua foi publicada pela marca Nike em sua conta no Instagram. A questão que gerou revolta foi o fato de ela aparecer com pelos nas axilas. Ao observarem a foto, alguns internautas se sentiram ofendidos e passaram a xingar a artista e dizer que ela não tinha higiene.

[\(Yahoo, 01/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Depois disso, outras pessoas foram na imagem defender a moça e questionar a violência que ela vinha sofrendo. Mas por qual motivo a nossa sociedade relaciona uma mulher que não se depila à sujeira e falta de cuidado? E por qual motivo nos revoltamos com aquelas que decidem que não irão mais retirar os pelos de seus corpos?

Segundo a pesquisadora Marisa Sanematsu, do Instituto Patrícia Galvão, essa raiva está relacionada à imposição de regras e ao controle sobre o corpo da mulher. De acordo com ela, existe uma cultura de que mulheres precisam sempre agradar e servir. Então, atender aos padrões de depilação seria uma forma de ser interessante aos olhos alheios.

“Isso acontece por preconceito mesmo. Falam que é anti higiênico, mas é só para as mulheres, para os homens não. Eu acho que isso é uma bobagem”, disse a pesquisadora ao blog explicando que os pelos sempre foram considerados símbolo de virilidade. Sendo assim, por oposição, a ausência dos fios esteve historicamente ligada à feminilidade.

Marisa também disse achar interessante o fato de que não foram só homens que xingaram e fizeram comentários raivosos na foto da modelo. Assim como eles, algumas mulheres se sentiram incomodadas com a imagem. Para ela, é preciso que todos se questionem por qual motivo o fato de o outro não se adequar a um padrão culturalmente posto incomoda e faz com que tenhamos uma reação violenta.

Ainda de acordo com a pesquisadora os pelos já tiveram outros padrões na História. Para os egípcios, por exemplo, raspar os pelos era algo associado à nobreza e à religiosos. “A família real e os sacerdotes raspavam os cabelos e os pelos do corpo. Sempre associado a uma questão hierárquica. Nessa época, as mulheres não se depilavam”, afirmou.

Segundo Marisa, essa preocupação em eliminar os pelos das mulheres começa entre o fim do século XIX e o começo do XX, quando as vestimentas das mulheres vão diminuindo, fazendo com que pernas e braços ficassem expostos. “Isso está relacionado à entrada da mulher no mercado de trabalho a partir do período das grandes guerras”, explicou.

Sendo assim, como os pelos sempre foram símbolo do masculino, era preciso eliminá-los da visibilidade para reforçar a feminilidade da mulher. “Vale lembrar que surgem, nessa época, as indústrias de aparelhos de barbear e a indústria da moda. O que passa a ditar de forma mais ampla os padrões do que é bonito e do que é feio quando se trata da forma de a pessoa se mostrar para o mundo”, finalizou a pesquisadora.

Giorgia Cavicchioli

Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam

Indígenas debatem questões como violência, igualdade de direitos e hipersexualização. Elas afirmam que a Lei Maria da Penha não contempla suas especificidades

[\(O Globo, 30/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As mulheres estão na linha de frente da luta do movimento indígena e têm ganhado visibilidade e espaço como lideranças. Em 2018, 30 anos após a promulgação da Constituição Federal (1988), a primeira indígena foi eleita para representar o estado de Roraima no Congresso Nacional, a deputada Joênia Wapichana (Rede), e a líder indígena Sonia Guajajara concorreu como vice-presidente na chapa do candidato Guilherme Boulos (PSOL). Mas, apesar disso, é possível falar em um feminismo indígena? Quais são as suas reivindicações? Perguntamos a mulheres de diversas etnias quais são as pautas prioritárias na luta por direitos e igualdade.

Potyra Tê Tupinambá



Potyra Tê Tupinambá é formada em direito e atua em defesa dos direitos dos povos e das mulheres indígenas (Foto: Acervo pessoal)

“As feministas se unem e se apoiam, mas o indígena tem um olhar diferenciado que, talvez, só convivendo ou sendo indígena para entender. Ele não é sozinho, tem muitos atrás dele. Então, esse pertencimento e essa força fazem com que eu não me identifique com o feminismo.

Muitas vezes, as mulheres nas comunidades indígenas têm voz. As nossas lutas são tantas e são grandes. Primeiro, para existir, que é resistência. Depois, a gente briga por educação, saúde e demarcação do território. São tantas as lutas que a questão do direito da mulher fica para último plano. Se dentro da comunidade não tiver uma mulher com afinidade com o tema, ele vai sendo esquecido. Acho que a pauta principal é pensar espaços para a discussão das questões ligadas à mulher.

Uma segunda pauta seria a Lei Maria da Penha. Ela não nos atende. Sofremos tanto, lutamos contra esse sistema e vamos entregar um parente nosso a ele? A polícia não é nossa amiga, nós temos medo de quem incrimina as nossas lideranças. Então tentamos, enquanto movimento de mulheres, criar mecanismos internos dentro das comunidades para buscar soluções sem precisar acessar o sistema que nos oprime.

Quando há uma situação de violência na comunidade, a gente grita, tenta acolher aquela mulher, bota o agressor para correr e, depois, fica de sentinela na porta da casa. É claro que há situações que precisam ser levadas à delegacia. Eu já levei mulheres à delegacia e, mesmo com nível superior e a carteira da OAB na mão, não me senti à vontade dentro da delegacia da mulher de Ilhéus, onde fui atendida por um homem. Imagina uma parente minha, que já está fragilizada, já sofre preconceito por ser indígena, chegar a uma delegacia dessas? É importante desenvolver grupos de apoio para as mulheres em situação de violência. E, além disso, fortalecê-las para que impulsionem o movimento de enfrentamento à violência nas aldeias.

São muitos os direitos negados às indígenas. Temos nossa parteira tradicional e, quando o parto não pode ser realizado dentro da comunidade, ela não pode acompanhar o parto no hospital. Muitas mulheres sofrem violência obstétrica, então tentamos fortalecê-las para que não aceitem este tipo de situação.

Eu acho que não existe um feminismo só. A mulher que mora na cidade está em um contexto diferente do nosso, que vivemos na aldeia. Assim como o nosso contexto é diferente daquele das indígenas que vivem no contexto urbano. Então, acho que a gente tem que falar de vários feminismos. Cada povo é diferente. Não podemos dizer que indígena é tudo igual.

Eu sou do povo Tupinambá, em que a mulher tem um papel muito importante dentro da nossa sociedade. Somos um povo matriarcal, a nossa maior liderança é uma mulher. Nesse sistema, toda família tem uma matriarca, que é a anciã, e as coisas são resolvidas com aval dessa mulher. O meu povo, Tupinambá de Olivença, tem uma cacique mulher.”

Potyra Tê Tupinambá é advogada e gestora executiva da Ong Thydewá.

Laís dos Santos



Laís dos Santos estuda Ciências Sociais na USP e é da etnia Maxakali (Foto: Acervo Pessoal)

“Eu não me identifico como feminista indígena. O movimento é de luta das mulheres indígenas. O feminismo não contempla as nossas pautas, dificilmente somos colocadas em debate. Nossa luta pelas mulheres indígenas é bem estabelecida. Acho que teria que ocorrer uma descolonização e ressignificação do feminismo muito grande para atrair os olhos em larga escala para nós.

A nossa principal pauta é a demarcação de terras. Não só das mulheres indígenas, mas do movimento indígena. Se não temos nosso território, não temos nada.

Além disso, tem a questão da violência contra a mulher indígena e de como isso se atrela ao racismo por causa da hipersexualização e do estereótipo. O estupro das indígenas é uma forma de dominação do não indígena, uma forma de deslegitimar, de desestruturar e desequilibrar toda a aldeia. Não é só uma violência física e psicológica, é uma forma de violência racial, que tem um caráter de superioridade do homem branco diante dos povos indígenas.

Em relação à violência doméstica, a gente destaca como a Lei Maria da Penha não elabora um diálogo com as nossas especificidades. É difícil contemplar e dialogar com nossos contextos dentro das aldeias. Hoje, há cartilhas sobre a Lei Maria da Penha traduzidas para a língua materna dos

povos porque, além de não contemplar as nossas especificidades, ela não chegava às aldeias porque não havia tradução. E, dentro da aplicação da lei, tem a questão da discussão sobre respeitar a organização social do povo, de respeitar nossa autonomia.

A mortalidade infantil também é uma pauta bem urgente, porque as crianças indígenas são as principais vítimas. Tem também a questão das mulheres indígenas encarceradas. É muito desrespeito sobre quem nós somos e sobre os nossos costumes. As mulheres indígenas encarceradas são invisíveis.

O machismo do não indígena foi imposto e, por vezes, naturalizado dentro das nossas culturas. Então, colocamos a questão do protagonismo da mulher indígena na luta, dentro da aldeia, e fazemos um trabalho de conscientização de que nós não somos inferiores, que somos iguais e temos todos os direitos de estar na linha de frente da luta. Tanto que estamos.”

Laís dos Santos é da etnia Maxakali (MG), estudante de Ciências Sociais na USP.

Cacique Maria Arian Pataxó



Cacique Maria Arian Pataxó da Aldeia Dois Irmãos, em Prado, na Bahia (Foto:

Acervo Pessoal)

“Às vezes, as mulheres pensam que violência é só física, mas vários tipos de violência atingem as indígenas. Psicológica, física e moral. Tem a violência territorial e a educacional. Por ser uma liderança indígena, muitas pessoas que não conhecem os meus direitos querem impedir a minha luta. E pessoas que vêm de fora querem tomar nossos espaços dentro do nosso território.

Eu tenho passado por muitas violências, mas eu enfrento e falo que sei de onde venho. Sou nativa, sou indígena, sou filha de pescador. Nasci dentro desse território e resisto até hoje. Tenho uma comunidade e luto por ela. E luto pela demarcação das terras indígenas também. Isso para mim é muito gratificante: poder lutar pelo direito de um povo tradicional, nativo, indígena.

A grande violência que eu, como mulher indígena, sofro é causada pelo homem branco por território. Nos ameaçam para sairmos das nossas áreas, que estão dentro da demarcação indígena.

Como cacique, a minha responsabilidade é sobre tudo que acontece na minha comunidade: educação, saúde, sustentabilidade e moradia. É para que as pessoas, que precisam de segurança, sejam respeitadas, possam sobreviver, ter o espaço delas, estudar. Terem sua terra demarcada, sua cultura, tradição e crenças garantidos. É por isso que eu luto e não me canso de lutar.”

Maria Arian Pataxó é cacique da Aldeia Dois Irmãos em Prado, na Bahia.

Sonia Guajajara



Sonia Guajajara coordena a APIB (Foto: Matheus Alves)

“A garantia dos territórios é a principal pauta dos povos indígenas. Nós, mulheres, não estamos desvinculadas desse processo. A defesa da biodiversidade é uma pauta nossa já que as mulheres são as guardiãs dos conhecimentos tradicionais. Quanto à sustentabilidade dos territórios, o que a gente fala como mulher é que, no contato interétnico, a sustentabilidade das famílias foi feita por nós, pois as lideranças masculinas fizeram a frente de contato direto.

Uma outra pauta é a discussão da violência vivida por nós e advinda do processo colonial, que desestruturou as organizações sociais, principalmente as regras internas de organização. A colonização trouxe a violência institucional que atinge principalmente as mulheres.

Esse feminismo do jeito que é colocado não atende às visões das mulheres indígenas. A luta das mulheres indígenas está casada com a luta do movimento indígena. As pautas são interligadas, são lutas que se somam. Nossas conquistas estão relacionadas com nossa maior participação nos processos de debate, de conseguirmos pautar assuntos de nosso interesse e nos posicionarmos sem a necessidade de estarmos numa posição de disputa com os homens.

O maior obstáculo é a negação da identidade aos povos indígenas, todos,

homens e mulheres. Isso afeta duplamente a mulher. Essa negação marginaliza a mulher, coloca o homem no topo, mas não é essa a nossa lógica. A nossa organização social é de complementariedade.”

Sonia Guajajara é coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Joênia Wapichana



Joênia Wapichana é a primeira indígena eleita para o Congresso Nacional (Foto: Luis Macedo/ Câmara dos Deputados)

“Eu não acho que a luta das mulheres indígenas é separada da luta indígena. É lado a lado, são as mesmas preocupações. Só que, agora, as mulheres estão sendo protagonistas dos direitos indígenas. Eu vejo atualmente uma maior visibilidade delas.

Essa palavra (feminismo) é um conceito que os brancos falam. Vamos contextualizar: o que é o feminismo? É a atuação da mulher? São espaços que a mulher assume? São responsabilidades? Se for nesse sentido, acho que sim

(sou feminista), porque já venho atuando, sendo responsável por uma série de defesas e assumindo responsabilidades. Se isso for feminismo, que dizem que é a atuação da mulher, então sim.

Nos últimos anos, a gente tem visto as mulheres reivindicando cada vez mais, levantando a necessidade de políticas específicas. A Lei Maria da Penha não foi preparada para a indígena, ela foi feita em um contexto urbano. A lei pode auxiliar em situações de violência doméstica, mas não foi pensada para a mulher indígena.

Dentro da comunidade indígena, a gente percebe que há problemas que foram levados por fatores externos. Nas comunidades mais próximas das cidades, o alcoolismo gera violência contra a mulher indígena, por exemplo. E, por outro lado, há questões propriamente relacionadas aos direitos indígenas, como o impacto de invasões. Os conflitos por terras também vitimam as mulheres. Assim, ao pensar em uma proteção, a legislação tem que ter essa visão do geral, do que afeta as indígenas.

É importante eu estar no Congresso Nacional para que, nós mulheres indígenas, vejamos que temos a capacidade de nos representar, de atuar e de mostrar mais uma vez que nós não somos inferiores. O que nos difere é a questão cultural. A minha presença é importante porque temos uma voz que pode fazer diferença em termos de proposições, de fiscalização e de posicionamento nas discussões. É provar que podemos falar de igual para igual e nos colocar por nós mesmos sem mediadores, ampliando a participação social das mulheres. Assim, podemos trabalhar contra os estereótipos sobre as mulheres e os povos indígenas.”

Joênia Wapichana foi a primeira indígena eleita para o Congresso Nacional, em 2018.

Maria Bárbara de Oliveira Silva



Maria Bárbara de Oliveira representa as mulheres Pankararu, de Pernambuco (Foto: Acervo Pessoal)

“A palavra feminismo era muito estranha para mim. Ela significava ‘mulheres que não gostavam de homens’. Mas, hoje, eu sei que feminismo significa mulheres que lutam pelos mesmos direitos que os homens, pelo direito de participar, de ter voz nas reuniões, direito de salário igual e de lutar por igualdade.

Hoje, sei que a mulher feminista é aquela que se empodera, que não tem medo de ir em busca de seus objetivos. O homem não tem direito sobre as mulheres. Aqui na minha aldeia, muitas mulheres ainda são submissas aos homens, têm medo de se expressar e de lutar por seus direitos. Ainda está sendo muito difícil mostrar para elas que feminismo é lutar por direitos iguais aos do homem e que os dois devem estar sempre caminhando juntos, que nenhum é melhor que o outro. Hoje, eu me sinto uma mulher feminista, porque eu luto pelos meus direitos.

Por mais que algumas mulheres ainda tenham medo, muitas são bem decididas. Não têm medo de enfrentar a vida sozinhas e tomar suas decisões. Elas participam mais da tradição, dos movimentos indígenas, estão nas reuniões junto com lideranças masculinas. Algumas têm esse olhar de que o papel delas é muito importante na comunidade, de que elas devem estar presentes debatendo e ajudando a comunidade junto com as lideranças

masculinas.

Aqui na minha aldeia tivemos rodas de conversas com as mulheres e fizemos várias oficinas para incentivá-las a ser independentes e ter sua própria renda. Percebemos que algumas situações de violência doméstica aconteciam porque elas dependiam economicamente de seus companheiros. Então, hoje, muitas mulheres trabalham e fazem seu próprio artesanato, seus bolos, e têm uma renda a mais na família.

Maria Bárbara é liderança de mulheres da etnia Pankararu, em Pernambuco. Ela representa as mulheres da comunidade em reuniões e assembleias dentro e fora da aldeia.

Isabela Aleixo, estagiária sob supervisão de Renata Izaal

Como uma jornalista virou cidadã de segunda classe na Índia

Ela relata a perseguição que sofre hoje após denunciar o tratamento desumano dado à comunidade muçulmana no país

[\(Época, 25/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nasci no norte da Índia com apenas 800 gramas e tive de passar um tempo na incubadora. Todos diziam que eu não sobreviveria. Meus pais me levaram para Mumbai, onde cresci. Em 1993, quando eu tinha 9 anos, conflitos estouraram na Índia. Como éramos a única família muçulmana no bairro, ouvimos boatos de que eu e minha irmã seríamos atacadas pelas gangues. Fomos levadas no meio da madrugada para um lugar seguro e passamos meses ali, sem saber se nossa família voltaria para casa a salvo. Acho que foi

a primeira vez que me dei conta de que eu era muçulmana.

Fui uma criança fraca porque tive poliomielite aos 5 anos, e minha mão esquerda e minha perna direita não funcionavam bem. Cresci com esse complexo de inferioridade, de que não era boa o suficiente, de que ninguém iria querer brincar comigo porque eu era aleijada. Depois que os conflitos começaram, nos mudamos para um bairro muçulmano. Na escola havia uma grande segregação entre hindus e muçulmanos, e eu não tinha amigos, porque ninguém queria ser amigo da menina muçulmana. Eu chorava para não ir para a escola. Minha mãe me forçava. Eu era muito tímida e tinha medo de homens. Foi assim na escola, na faculdade, na pós-graduação.

Novos conflitos eclodiram em 2002, quando eu tinha 19 anos. Estava vendo pela televisão e pensei: “Droga. Preciso fazer alguma coisa”. Menti para meus pais e fui trabalhar como voluntária nos campos de refugiados onde os muçulmanos ficavam. Fingi ser hindu, indo de um campo a outro, e aí entendi o que significava ser um muçulmano na Índia. Foi também quando descobri que queria ser jornalista. Era tão chocante estar ali, vendo as atrocidades diante de meus olhos. Queria mostrar para as pessoas os crimes contra os muçulmanos. É como nos Estados Unidos, onde os afro-americanos começaram a dizer “vidas negras importam” quando crimes eram cometidos contra eles. Na Índia, “vidas muçulmanas também importam”. Senti que a única saída para mim era fazer jornalismo.

É atroz ser muçulmano na Índia nos dias de hoje. Os muçulmanos são linchados nas ruas, inclusive crianças, por suspeita de comer carne ou por exibir uma barba. Nunca fomos realmente aceitos como indianos, há um sentimento majoritário de que todos os muçulmanos pertencem ao Paquistão. Nunca fomos vistos pelo que nós somos, mas por nossa religião. Como se não merecêssemos direitos iguais. Tudo isso aumentou no governo de Narendra Modi, nos últimos cinco anos. Por isso, muitos de nós temos levantado nossas vozes. Tenho escrito textos sobre o que significa ser muçulmano na Índia.

“OS MUÇULMANOS SÃO LINCHADOS NAS RUAS, INCLUSIVE CRIANÇAS, POR SUSPEITA DE COMER CARNE OU POR EXIBIR UMA BARBA. NUNCA FOMOS REALMENTE ACEITOS COMO INDIANOS”

Há poucos dias, o primeiro-ministro indicou para as atuais eleições um

candidato que é acusado no tribunal de matar 50 muçulmanos em um atentado a bomba. A situação na Índia atual é esta: se você mata muçulmanos, pode se candidatar. Somos hoje considerados cidadãos de segunda classe, especialmente se você é mulher, muçulmana e tem sua própria voz. Eu me sinto como se eles dissessem: “Como você ousa falar sendo mulher, muçulmana e contrária ao governo?”.

Em 2010, decidi me disfarçar. Coloquei oito câmeras ocultas em meu corpo e usei um nome diferente, hindu. Usei a identidade de uma estudante de cinema americana, fingindo que odiava muçulmanos, e fui para o estado de Gujarat, onde os conflitos de 2002 aconteceram quando Modi era governador. Em oito meses de investigação, como infiltrada, indo de ministério em ministério, ficando amiga dos funcionários importantes do governo como se eu fosse parte da família deles, consegui descobrir como o governo de Modi permitiu que muçulmanos fossem mortos, como o próprio governo permitiu que o ministro do Interior do Estado fosse morto.

Quando voltei, meu editor decidiu não publicar a história, mesmo tendo um contrato para a publicação do livro, porque achou que Modi fecharia sua empresa. Contatei todos os jornais do país para tentar publicar e não consegui. Comecei a ter crises de ansiedade, e meu psiquiatra disse: “Você precisa tirar isso de seu sistema”. Peguei um empréstimo e publiquei 500 cópias do livro *Gujarat files: anatomy of a cover up* (*Arquivos de Gujarat: anatomia de um encobrimento* , em tradução livre). Fiz um lançamento em uma livraria em Nova Delhi, estavam lá todos os políticos, e fui ovacionada de pé. No dia seguinte, nenhum jornal publicou uma linha sequer. As pessoas estavam com medo. Como o conteúdo era muito forte, a notícia começou a se espalhar, e fui a escolas e a universidades para falar do livro. Vendi 500 mil cópias e fui traduzida em 17 idiomas.

Por causa do livro, eles transformaram minha vida em uma desgraça. O governo grampeou o telefone de minha casa, da casa de membros de minha família. Tudo piorou no ano passado, quando ganhei um prêmio do Outlook Social Media Awards como ícone jovem do ano. Colaram uma imagem minha borrada em um vídeo pornô, que circulou em toda a Índia. Depois divulgaram meu telefone e meu endereço nas redes sociais. Começaram a espalhar tuítes

falsos em meu nome, como se eu tivesse dito que apoiava o estupro em nome do Islã. Eu recebia imagens capturadas do vídeo pornô a cada minuto em meu celular, de pessoas perguntando se eu queria fazer sexo com elas. Foi assim que eles agiram para tentar me humilhar.

Quando o vídeo apareceu, passei três dias no hospital, com crises de ansiedade e palpitações. Quando finalmente tive coragem de ir à polícia denunciar a montagem, os agentes viram o vídeo e começaram a rir de mim. Mesmo levando todas as provas do que fizeram comigo na internet, nenhuma justiça foi feita até agora. Acho que não vai acontecer nada, porque as pessoas continuam compartilhando o vídeo pornô, inclusive alguns políticos na Índia. Como esperar justiça assim?

Eu recebia ameaças de morte em meu telefone. Quando denunciei essas ameaças ao governo, me ofereceram uma licença para porte de armas, mas não é isso que quero. Eu quero segurança, mas esse governo não me dá isso. No ano passado, a ONU pediu pela primeira vez que o governo me protegesse, mas nada aconteceu, o governo nem sequer comentou o pedido.

Acho que isso tudo aconteceu porque eu continuo expondo o governo todos os dias com minha investigação. Quanto mais eu falo sobre as mortes de muçulmanos, quanto mais eu falo do ódio contra os muçulmanos neste país, mais sou perseguida na internet. Mas eu sou jornalista, eu tenho uma voz, e esse é o trabalho que eu faço. Escolhi essa profissão porque queria mudar as coisas. Eles podem achar que estão me assustando, mas não estão.

Desigualdade em função de gênero e cor diminui, aponta

IDH Municipal

As diferenças em função de cor e sexo diminuíram no Brasil de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). No entanto, o resultado, ainda que positivo, continua demonstrando que a desigualdade, em termos de renda, prejudica principalmente mulheres e negros no país. É o que aponta o Radar IDH-M divulgado hoje (16) pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

[\(Agência Brasil, 16/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo o estudo, que apresenta uma escala entre 0 (baixo desenvolvimento) e 1 (alto desenvolvimento), o IDH-M da população branca caiu de 0,819 para 0,817 de 2016 para 2017, enquanto o da população negra aumentou de 0,728 para 0,732. No mesmo período, o índice de renda dos homens caiu de 0,818 para 0,814. Já o das mulheres subiu de 0,658 para 0,660.

Cor

Segundo o diretor de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais do Ipea, Aristides Monteiro Neto, a diminuição da diferença entre os IDH-M de brancos e negros foi possível pela melhoria em todos os quesitos analisados para os negros e pela queda nas dimensões renda e educação para os brancos.

No entanto, apesar de a diferença ter diminuído, os brancos ganham cerca de duas vezes mais que os negros: R\$ 1.144,76 contra R\$ 580,79. “Este foi um bom resultado porque mostra uma redução da desigualdade em função da cor do indivíduo. No entanto, notamos que a diferença continua muito grande”, disse.

Sexo

De acordo com o pesquisador, a constatação de que as diferenças em termos de desenvolvimento humano, em função do gênero, também estão diminuindo, é um “dado interessante, porém trágico”, por constatar que o IDH-M das mulheres, apesar de “bastante superior em educação e

longevidade, é pior quando relativo a renda”.

Ele explicou que, nos levantamentos anteriores, as mulheres já apresentavam índices superiores aos homens no quesito educação, uma vez que elas estudam mais do que os homens. “Entre 2016 e 2017, essa diferença [em termos de educação] aumentou. Mas a renda mantém o IDH-M dos homens superior”, disse.

No período ao qual Aristides Monteiro se refere, a renda média dos homens brasileiros caiu de R\$ 851,09 para R\$ 843,31. Já a das mulheres caiu de R\$ 833,52 para R\$ 825,88.

Diante de todo o cenário apontado pelo Radar IDH-M, os pesquisadores apresentaram algumas orientações ao governo. Entre elas, a de dar atenção às políticas sociais, em especial às que visam a qualidade da educação, uma vez que foram essas políticas que “atenuaram os efeitos negativos” de um período de crises econômica e internacional. “A luz amarela está acesa. Precisamos estar atentos”, alertou o diretor do Ipea.

O estudo completo divulgado pelo Ipea pode ser acessado no [site www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br).

Feminismo é mais bem avaliado entre homens que entre mulheres, diz Datafolha

Para pesquisadores, visão estereotipada dificulta identificação; Datafolha mostra apoio a questões de igualdade entre sexos

A avaliação do feminismo é mais positiva entre os homens que entre as mulheres brasileiras, mostra pesquisa Datafolha. Para 48% deles, o

feminismo traz mais benefícios que prejuízos às mulheres, enquanto 41% vêem mais prejuízo que benefício.

Entre as mulheres, há empate técnico: 43% dizem que há mais benefícios e 41%, mais prejuízos. Quase metade dos homens (49%) vê mais benefícios para a sociedade, e 41% têm opinião inversa. Entre as mulheres, 45% acham que há mais benefícios e 38% mais prejuízos.

A pesquisa ouviu 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais (1.095 mulheres e 991 homens), em 130 municípios de todo o país, nos dias 2 e 3 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A parcela de homens que apoiam o feminismo também supera a de mulheres que se consideram feministas. Eles são maioria (52%); elas, minoria (39%).

Independentemente da afinidade com o feminismo, mais de dois terços do total concordam com teses feministas como a de que o espaço ocupado por mulheres na política hoje é menor que o suficiente.

Em fevereiro, 86% discordaram da ideia de que mulheres devem se dedicar só à casa e aos filhos, e 64% concordaram que elas ganham salário menor simplesmente por serem mulheres, mostrou pesquisa Datafolha feita com a mesma metodologia, em parceria com a ONG Oxfam Brasil.

Se há apoio majoritário a causas feministas, por que a identificação com o feminismo não é equivalente?

“A palavra vem carregada de estereótipos, e o avanço do conservadorismo cria barreiras para que as pessoas se reconheçam como feministas”, diz Marina Ganzarolli, presidente da comissão de diversidade sexual da OAB-SP.

Mas ela vê avanços na aceitação de ideias feministas. “Termos como cultura do estupro agora fazem parte do debate.” É justamente porque o feminismo conseguiu tornar legítimas questões de [igualdade entre os sexos](#) que há reação, tentando associá-lo a algo contra valores, família e maternidade, opina a professora de ciência política da UnB Flávia Biroli. “É uma caricatura, mas que tem efeito grande em alguns segmentos.”

A imagem estereotipada de que feministas não se depilam, não se maquam nem gostam de homens faz com que o termo atraia menos mulheres mais

pobres —fenômeno que aparece também na pesquisa Datafolha—, escreveu a pesquisadora do King’s College Christina Scharff.

Em pesquisas na Alemanha e na Grã-Bretanha, mulheres afirmaram rejeitar o termo feminista por sua conotação de ódio aos homens, lesbianismo ou falta de feminilidade. Ainda que haja feministas que tratem homens como inimigos, essa oposição não é consenso nem majoritária.

“Assim como há muitos feminismos, existem [muitas masculinidades](#), e só uma é tóxica: a que parte do pressuposto de que o homem tem que ser bruto e agressivo. Em vez de precisar trabalhar só com a garota vítima de estupro, quero trabalhar com o garoto sobre o que é consentimento. Precisamos envolver cada vez mais os homens nessa conversa”, diz Marina.

Nem sempre é fácil, porém. Alguns autores defendem que, como eles não vivem a opressão das mulheres, não podem ser chamados de feministas, mas de pró-feministas.

Coautor de estudo sobre o tema, o professor de psicologia da Universidade Federal de Pernambuco Benedito Medrado atribui às mulheres o impulso para questionamentos masculinos recentes. “Ao rever o lugar das mulheres, o feminismo nos colocou a pensar onde estamos na vida familiar e na vida pública”, diz.

No estudo, os pesquisadores (dois homens e uma mulher) defendem que, se “mulher” é construção social, homens podem ocupar esse lugar, “abrindo outros horizontes de negociação, sem abster-se do conflito que esse trânsito pode provocar ou intensificar”.

A parcela de brasileiras que afirma ser feminista é minoritária (38%), mas comparável aos 34% das britânicas que responderam ao instituto YouGov no ano passado.

Considerando ambos os gêneros, disseram-se feministas 8% dos alemães, 17% dos finlandeses, 22% dos dinamarqueses, 33% dos franceses e 40% dos holandeses. Nos EUA, só 10% dos homens e 20% das mulheres de 18 a 35 anos (os chamados millennials) se identificavam como feministas em pesquisa da Universidade de Chicago.

Já no Brasil, tanto feministas assumidas como homens apoiadores são mais frequentes entre os mais jovens. De cada 10 brasileiros entre 16 e 24 anos, 6 veem mais benefícios que prejuízos às mulheres e à sociedade em geral.

Nas mulheres entre 16 e 24 anos, há empate entre as que se consideram feministas e as que não se consideram: 47% a 48%. A vantagem é de 54% a 41% entre as estudantes. Também há apoio maior entre os mais ricos. Em parte, isso se deve ao fato de que há vários feminismos, e suas conquistas não atingem de forma uniforme todas as mulheres, observa a especialista em direito do trabalho Regina Stela Corrêa Vieira, pesquisadora do Cebrap.

Há ganho evidente em profissões de nível superior e [em empresas](#) mais internacionalizadas, e mais desigualdade e injustiça maiores em serviços menos qualificados, diz ela.

Mulheres negras têm também pautas específicas, afirma Natália Neris, doutoranda na USP. “Enquanto as brancas lutaram por acesso ao mercado de trabalho, as negras trabalham desde que chegaram ao Brasil para serem escravizadas. [Diferenças salariais](#) são mais desproporcionais, a violência é maior e as negras são mais vítimas de feminicídios”, diz ela.

O Datafolha mostra que a avaliação de que o feminismo traz benefícios é mais frequente entre negras (pretas e pardas) que entre as brancas. A diferença aparece também no discurso, diz Regina. “O feminismo de Hollywood é preocupado com valores que não dialogam com os de uma empregada doméstica, que até 2013 não tinha jornada de trabalho limitada.”

Ainda que com causas diferentes, o tema ganhou espaço ao ser estampado em camisetas da grife Dior, shows da cantora Beyoncé e palestras da atriz Emma Watson, observa Marina Ganzarolli, da OAB-SP. “O feminismo ficou pop, e, ao virar mercadoria, democratizou o que antes estava encastelado na academia.”

No recorte por religião, a maioria das agnósticas (57%) é feminista assumida. Já entre todos os evangélicos, 47% afirmam que o [feminismo traz mais prejuízos](#) à sociedade (38% veem mais benefícios).

Sob o guarda-chuva evangélico, porém, há muita diversidade, observa a

professora da USP Jacqueline Moraes Teixeira, que estudou questões de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus.

Vertentes consideradas mais progressistas defendem planejamento familiar, vasectomia e legalização do aborto, por exemplo. Mas essa pauta não aparece como feminista e, sim, como modernização da família, ressalta.

Jacqueline acompanhou debates sobre o tema em templos e redes sociais no ano passado e diz que, embora tenha observado um crescimento do conservadorismo, não há consenso definido. A polaridade acentuada da eleição presidencial de 2018 aparece no Datafolha. Eleitores do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que critica a chamada “ideologia de gênero” (a ideia de que gêneros são construções sociais), veem mais prejuízos que benefícios para a sociedade (48% a 39%).

A opinião é inversa entre os que votaram em Fernando Haddad (57% veem mais benefícios; 30%, mais prejuízos). A porcentagem de bolsonaristas feministas é 32%, contra 49% das eleitoras de Haddad, e os homens que elegeram o presidente estão divididos (49% apoiam o feminismo e 40% não), enquanto são pró-feminismo 59% dos que votaram em Haddad.

Para Flávia Biroli, da UnB, isso acontece porque o termo feminismo acabou sendo associado apenas a movimentos de esquerda, mesmo que isso não corresponda à realidade.

FEMINISMO?

O que é

Defesa de igualdade social, econômica e política entre homens e mulheres

As pioneiras

Em 1848 nos EUA há a 1ª convenção pelos direitos das mulheres. Sufragistas lutam pelo direito ao voto

Segunda onda

A partir de 1960, surgem três linhas: liberal, que foca espaço nas estruturas

de poder; radical, que prega revolução das instituições, e cultural, que critica as outras por 'masculinizar as mulheres'

Terceira onda

Na virada do século, questiona conceitos de beleza e sexualidade. Defende um contínuo entre feminilidade e masculinidade, onde qualquer um pode entrar

Quarta onda

Assédio sexual, cultura do estupro e movimentos como #metoo se sobressaem

No Brasil hoje

Mulheres são 51,6% da população, 15% do Congresso, 45,6% dos trabalhadores, 26% dos diretores de empresa; Brasil é 85º entre 145 países em ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial

Ana Estela de Sousa Pinto